

Tradução

ENTRE CRISE GLOBAL E CRISES ORDINÁRIAS:

a crise das identidades¹Claude Dubar²Tradução³ de Roberta Console Akaoui* e Mariana Toledo Ferreira**

A noção de crise sempre foi polifônica. Os dicionários apresentam, em geral, seis sentidos diferentes para essa palavra, desde “a mudança súbita, frequentemente decisiva, do curso de uma doença” e “o acesso breve e violento de um estado nervoso ou emotivo” (mas também de ardor e entusiasmo) até “uma fase difícil atravessada por um grupo social” (exemplo: crise econômica e/ou política), passando por “um período decisivo ou perigoso da existência” (crise da adolescência) e “uma penúria, uma insuficiência” (exemplo: crise de moradia).

Apenas um caso, contudo, pode ser objeto de tratamento “intelectual”: a crise econômica definida como ruptura do equilíbrio entre grandezas econômicas (produção e consumo, preço e volume, oferta e demanda). O termo “decisivo” é recorrente para essas definições, pois, em grego, a *Krisis* é uma decisão que perpassa o curso do tempo. Uma crise, assim, é uma ruptura, uma mudança brutal, uma “decisão” que rompe, desestabiliza e desequilibra.

Antes de falar de identidade (noção ainda mais confusa que a de crise), será necessário colocar em oposição dois discursos aparentemente opostos e inconciliáveis sobre a crise atual, aquela na qual se está mergulhado há tempo. É justamente esse um ponto de desacordo entre dois discursos observados em todos os lugares, às vezes provenientes das mesmas pessoas.

O primeiro fala de uma crise global, extraordinária, histórica e rara. O segundo fala de uma crise ordinária, econômica e cíclica. Aquele designa uma inflexão histórica de primeira grandeza, pouco verificada na História, e este se refere a uma

1 Conferência de Claude Dubar, proferida no Espace Culture de l'Université de Lille 1, em 31 de março de 2010.

2 Sociólogo francês e professor emérito da Universidade de Versailles-Saint-Quentin-en-Yvelines.

3 Revisão técnica da tradução: Maria Helena Oliva Augusto, profa. dra. do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de São Paulo.

* Graduanda em Relações Internacionais pela USP.

** Mestranda em Sociologia pela USP.

fase problemática bem conhecida, verificável em todos os lugares, principalmente depois do advento da modernidade e do capitalismo.

Enquanto o primeiro fala de uma mutação gigantesca, o segundo evoca um momento de um ciclo que se repete. Será que se está falando, então, da mesma coisa?

A CRISE GLOBAL DE MICHEL SERRES

Por acaso, ao abrir o último número da revista *Partage* (n. 208, jan.-fev. 2010; SERRES, 2010), criada por Maurice Pagat – que publica artigos de pesquisadores e especialistas sobre o trabalho, o emprego, o desemprego e as políticas públicas –, não houve como não tropeçar em um artigo aparentemente inédito, assinado por Michel Serres, eminente filósofo, membro do Collège de France e autor de grandes clássicos, como *Le tiers instruit* (SERRES, 1992). O título do artigo era “A crise global”, e não há como resistir ao prazer de citar algumas passagens:

Além do desastre financeiro, cuja importância fortemente anunciada decorre do fato de que o dinheiro e a economia se apoderaram de todos os poderes, mídias e governos, seria melhor assumir a experiência, evidente e global, de que o conjunto de nossas instituições conhece, a partir de agora, uma CRISE que excede em muito o escopo da história ordinária.

Ela afeta tudo o que há de mais profundo em nossas tradições e em nossas culturas: o religioso, o militar, o político, o sexual... A crise afeta as relações essenciais dos homens com o mundo.

Em ao menos um aspecto dispomos de elementos históricos de comparação. A informática oferece novas maneiras para armazenar, processar, transmitir e receber a informação. Antes dela, a imprensa no século XV e a escrita AC já tinham tido desempenhos semelhantes. Na verdade, a matemática nasce com a escrita, e a ciência moderna com a Imprensa durante o Renascimento. As mudanças resultantes afetaram todas as instituições. Iluminou duas vezes a história recente e reproduz-se hoje em dia.

O propósito é claro: o filósofo, igualmente historiador das ciências e antropólogo, ousa diagnosticar uma crise maior, no período em que vivemos, inseparável

de uma fantástica mutação que “atinge as relações essenciais dos homens com o mundo”, e “anuncia o término do reino exclusivo da economia”.

Cita-se ainda Michel Serres:

Nós pensávamos que toda nossa história consistia na luta sem descanso contra uma força sempre maior e mais profunda que a nossa. A imagem se inverte: a partir de agora, é da aliança com a natureza – e não da luta contra ela – que depende nossa história futura. Não se trata mais de conquistar, dominar, explorar a natureza, mas sim de respeitá-la.

Segundo ele, a crise que vivemos é a de um sistema de crenças e práticas fundado na ditadura da economia, da rentabilidade, da taxa de lucro e do crescimento da riqueza financeira a qualquer custo. Assim, a que custo? Ao da exploração dos mais pobres e da destruição da natureza, do mundo.

Escutemos Serres uma última vez: “O mundo forma hoje uma assíntota comum, a referência global de todos os processos temporais: dele nascerão as possíveis soluções, sob a condição de reconsiderar o respectivo *status* desses dois sujeitos ativos, que são os homens e o mundo, as culturas e a natureza”.

Trata-se de uma nova era da humanidade: após as revoluções do Neolítico (aparecimento da escrita e da agricultura) e do Renascimento (descoberta da imprensa e da indústria), uma revolução coloca o mundo antigo em crise, ou seja, a revolução da Internet e da ecologia.

A CRISE ECONÔMICA ORDINÁRIA E CÍCLICA

Na última edição da Encyclopédia Universalis (2008), encontrou-se um único artigo sobre a noção de crise, intitulado “Crises Econômicas”, reunindo textos de economistas reconhecidos. O artigo começa com uma definição de Joseph Garnier, que data de 1859: “As crises são perturbações na função geral da troca, tão indispensáveis à vida social como a circulação do sangue é para a vida animal e individual”.

O autor desse trecho adapta essa definição às crises da economia capitalista industrial que se sucederam desde a metade do século XIX. Ele escreve: “A crise torna-se um momento necessário do ciclo econômico, presidindo um saneamento indispensável à manutenção contínua do crescimento”.

Contrariamente às crises agrícolas do antigo sistema (más colheitas aleatórias e imprevisíveis) ou às crises de subprodução das economias socialistas (má

gestão e rigidez burocrática), as crises capitalistas são “acidentes conjunturais”, “recessões passageiras”, “momentos necessários” para que o ciclo de Kondratiev (longo) ou o de Juglar (curto) retomem seus cursos ascendentes, antes que uma nova crise aconteça.

Não há, então, segundo o autor, motivo para amedrontar o planeta, nem para evocar a crise global: “as crises capitalistas estão inscritas na estrutura” (Labrousse) e se desenvolvem, há mais ou menos dois séculos, da mesma forma: quebra da bolsa, falências, queda do crédito, recessão, fechamento de fábricas, desemprego, planos de estímulo, até o ponto em que as intervenções públicas e keynesianas permitam recomeçar um novo ciclo.

Não haverá insistência. Durante toda essa tarde, vocês ouvirão falar das relações entre capitalismo e crises. O desejo é apenas dizer que, entre a crise global de Michel Serres e as crises ordinárias de Kondratiev ou outras, não há nenhum ponto em comum. Pode-se até mesmo dizer que a Grande Crise Histórica de Serres supõe o fim das crises econômicas periódicas de Kondratiev.

Com efeito, a crise global deveria desembocar em uma mudança de paradigma, recolocando a economia em seu lugar, podendo ser suas crises antecipadas, previstas e talvez tornadas inúteis.

O QUE É A CRISE DAS IDENTIDADES?

O que se denomina “crise das identidades” não é a crise global de Michel Serres (embora não seja excluída), nem as crises capitalistas ordinárias de Kondratiev (embora sejam consideradas); é o que se denomina, como Jacques Commaille, “crise antropológica”, e, como Robert Castel, “crise do vínculo social”. Trata-se, assim, da passagem dolorosa, para a maior parte das pessoas, de uma forma dominante de relações sociais a outra. É, mais precisamente, a transição complexa de uma forma de vínculos de tipo dominante “comunitário” (em alemão, *Vergemeinschaftung*) a uma forma de tipo dominante “societário” (*Vergesellschaftung*), tal como teorizaram, em parte, sociólogos como Max Weber ou Norbert Elias.

Não se trata da passagem do coletivo ao individual (“não há ‘eu’ sem ‘nós’”), nem do triunfo do indivíduo sobre o coletivo (“não há identidade sem alteridade”), mas sim da passagem, nas crises específicas, de formas sociais de tipo dominante comunitário (Nós > eu) para formas sociais de tipo dominante societário (Eu > nós).

Pode-se esquematizar esse processo de individualização como uma longa marcha histórica pontuada por crises (mas também por retrocessos e acelerações), passando pela dupla questão dos pertencimentos coletivos e dos reconhecimentos

individuais. Se quisermos resumi-la, é preciso inventar uma expressão paradoxal: “Quem somos eu?”.

Entretanto, o horizonte temporal, aqui, não é tão longo quanto aquele de Michel Serres, que vai do Neolítico aos nossos dias, nem é de curta duração como os ciclos econômicos de Kondratiev (cerca de trinta anos) ou Juglar (dez anos). Em vez disso, é o tempo da modernidade, aquele que começa com a tripla revolução, científica (Iluminismo), industrial (capitalismo moderno) e democrática (Revolução Francesa), há um pouco mais de duzentos anos, e que carrega os valores do progresso, do otimismo (liberal ou revolucionário) e da racionalidade (econômica e política).

O que entrou em crise, desde o fim do século XIX e depois dos Trinta Gloriosos (1945-1973), foram as maneiras de pensar, de dizer e de fazer do que se denomina primeira modernidade, aquela do progresso, dos Estados-Nacionais e do Estado Social, da primazia das instituições, mas também da persistência dos vínculos comunitários fortes e protetores (nas cidades, corporações, famílias e religiões). O paradigma dessa primeira modernidade em crise é aquele do indivíduo abstrato, mestre e dominador da natureza, instaurando o progresso graças à razão. Após a *Shoah*, o *Gulag* e Hiroshima, tal paradigma entrou em uma crise longa e profunda.

Por que falar de identidades? Acredita-se que não é apenas uma questão de moda. Foi uma grande e longa investigação, no fim dos anos 1980, com uma equipe de sociólogos dessa universidade, que, graças à realização de entrevistas biográficas aprofundadas (mas graças, também, a observações e coletas estatísticas) em grandes empresas, obrigou a produzir uma teorização de dados coletados, em termos de identidades, ou melhor, de formas identitárias.

Dez anos antes, Renaud Sainsaulieu já havia introduzido a noção de identidades no trabalho. A ordem da chamada “gestão social” para formar-se, mudar de emprego, modificar seu trabalho e suas relações com a empresa revelou incertezas profundas nas maneiras de caracterizar o trabalho que se faz, a trajetória que se segue e a formação que se deve seguir.

No fim das contas, houve incertezas na maneira de definir a si mesmo (e de definir os outros e o mundo do trabalho). Descobriu-se que foram as categorias usadas para autoidentificação que entraram em crise.

Não se falava mais de operário, mas de operador ou, ainda melhor, de colaborador. Não se falava mais de qualificações (fruto da negociação coletiva), mas de competências (reconhecidas ou não pelas empresas, com base no desempenho individual). Não se tratava mais de fazer o que era ordenado, mas de mobilizar-se por sua empresa, de fazê-la vencer em meio à concorrência generalizada. A nego-

ciação coletiva foi substituída por transações individuais; os grupos de expressão foram recusados e substituídos pelos círculos de qualidade ou grupos de progresso.

Como, na época, resumiu Danièle Linhart, nessas grandes empresas, assistia-se a uma verdadeira “batalha identitária” entre aqueles que se definiam como operários, sindicalizados e militantes, e aqueles outros que valorizavam a identificação com a empresa e/ou as estratégias individualistas de promoção.

As definições de si [do “eu”] e dos “outros” entraram em crise junto com as categorias que serviam a essas operações identitárias. Essa nova onda de individualização era portadora de um paradigma diferente do paradigma do indivíduo abstrato: aquele do ator competente, reflexivo e singular. Aqueles que não conseguiam se conformar com essa injunção se arriscavam ao estigma e, além, ao que Castel denominou *desafiliação*, nova forma de individualização negativa.

A crise das identidades no campo profissional não era nova. Desde o século XIX, a penetração da grande empresa, do taylorismo, da organização científica do trabalho e da racionalização administrativa provocou a falência dos artesãos e a proletarianização dos camponeses, das mulheres e das crianças, que não detinham nada mais que sua própria força de trabalho para vender. Contudo, paralelamente, o movimento sindical, de um lado, e o Estado Social, de outro, permitiram certo amortecimento dessa primeira grande crise identitária.

O pertencimento a um movimento sindical, a uma classe operária, a uma comunidade de trabalho, a uma classificação reconhecida manteve a estruturação das identidades que ainda poderiam se definir positivamente e se referir a identificações coletivas.

A crise que começou após maio de 1968 e se aprofundou durante os anos 1980 e 1990 é de outra gravidade. A experiência do desemprego em massa e da precarização dos empregos, juntamente com o colapso das adesões e mobilizações sindicais e coletivas, acompanham a mudança da relação de força (e de distribuição de riquezas) entre o capital e o trabalho. A especulação financeira, a glorificação dos especuladores, comerciantes e outras instituições financeiras e a desvalorização maciça dos trabalhadores de execução farão das antigas identidades operárias ou militantes *identidades negativas*, estigmatizadas; sobretudo quando conjugadas com identificações raciais ou étnicas.

A exigência desse novo individualismo performático e desse *double bind* [duplo vínculo] (“torne-se autônomo”), desse culto do desempenho e da competição (“seja o melhor”), dessa singularidade distintiva (“seja você mesmo”) provoca distúrbios de todo o tipo (depressão, *burn out* e suicídios) entre aqueles que não encontram

outros meios, que não o trabalho, de restabelecer sua autoestima e o reconhecimento do outro, indispensáveis à saúde física.

É nessa época, nos anos 1990, que a “fatiga de ser você mesmo”, como escreveu Ehrenberg, faz da depressão o novo mal (identitário) do século e faz com que o tema da fratura social entre “incluídos” e “excluídos” substitua aquele da luta de classes.

NA ESFERA DO TRABALHO E EM OUTROS LUGARES

Se foi na esfera profissional e nas relações de classe que se observou, escutou e analisou essa “crise de identidades”, acompanhando uma possível mutação entre a primeira e a segunda modernidade, não se tardou em constatar que ela se manifestava generalizadamente, em todos os campos da prática social.

No campo da família e das relações de gênero, os anos 1960-1970 constituíram o ponto de partida para uma verdadeira mudança. Destacam-se três acontecimentos importantes para as mulheres: primeiramente, a descoberta da pílula contraceptiva, pelo professor Pinkus, em 1962, em um laboratório clandestino de Massachussets. A partir de então, as mulheres puderam controlar sua procriação e tornar-se “donas de seus corpos”. Em segundo lugar, o acesso maciço das mulheres ao mercado de trabalho mudou profundamente as identificações sexuais: o *status* de “mãe dona de casa” seria desvalorizado, e as mulheres se definiriam por suas atividades profissionais. Por último, o volume de atividade das mulheres não cessaria de crescer, até quase atingir o dos homens. Porém, com duas diferenças importantes: as mulheres ocupam a grande maioria dos trabalhos precários, ditos atípicos, e seus salários continuam significativamente inferiores aos salários dos homens que ocupam os mesmos postos e possuem as mesmas qualificações.

Dessa forma, enquanto elas são mais frequentemente diplomadas (mesmo em ciências) que os meninos, as meninas sofrem com pior inserção no mercado de trabalho, prova de que sua batalha identitária pela igualdade não terminou e que a passagem da identidade familiar atribuída ou reivindicada (filha de, mulher de, mãe de) por identidades pessoais (eu, simplesmente) está longe de ser alcançada.

No que se denomina campo simbólico, as crises identitárias são impressionantes. Primeiramente, no que concerne à religião. Enquanto mais de 40% dos franceses maiores de dezesseis anos se diziam católicos praticantes, no fim dos anos 1950, 7% se enquadravam na mesma situação, em 2006. Uma pequena maioria se define como católica não praticante (menos de 50% entre jovens de doze a dezesseis anos), e a denominação “sem religião” aumenta cada vez mais. O colapso da prática religiosa entre os católicos e a recusa de ser identificado pela religião foram

acompanhados pelo aumento daqueles que se dizem muçulmanos (12%, em 2006) e fazem dessa definição sua principal identificação. Essa é um das razões pelas quais a questão do comunitarismo retornou à França em posição de protagonista.

Em seguida, em relação à política: se a Igreja Católica tem sofrido com um crescente desinteresse, desde os anos 1960, os partidos comunistas, notadamente o Partido Comunista Francês (PCF), estão na mesma situação. Quase ninguém mais se define como comunista, enquanto esse era o caso de 1/4 do eleitorado, às vésperas da Liberação. Jacques Duclos obteve 21,5% dos votos no primeiro turno para as eleições presidenciais, em 1969; Marie-Georges Buffet, menos de 2%, nas eleições de 2007. Ainda mais significativo: as taxas de abstenção só aumentam nas eleições não presidenciais, e tornou-se ultramajoritário o número de franceses que se dizem pouco ou não interessados pela política. Aumenta o que os cientistas políticos chamam de voto estratégico (muda de uma eleição a outra), em detrimento dos votos identitários, quer dizer, ligados a convicções ou a sentimentos de pertencimento estáveis.

Na cultura, tem-se muito a dizer sobre o lugar ocupado atualmente pela televisão no lazer dos franceses (em média, cerca de quatro horas por dia). Ora, a televisão se dirige a indivíduos isolados, separados dos líderes de opinião, que, há trinta ou quarenta anos, influenciavam certos programas. A identificação com os astros, apresentadores, atores e políticos se tornou uma identificação especular, infradiscursiva e fantasiada. Tem-se a impressão de conhecê-los, de que ele ou ela nos compreende; contudo, nunca os vimos ou falamos com eles. A imagem excita, distorce e fascina, sem se conectar a nenhum discurso, nenhum debate, nenhuma convicção. A identificação se torna alienação (de *Alien*, e não de *Alter*).

A CRISE DAS IDENTIDADES: QUE TIPO DE CRISE?

Para terminar, é relevante retornar à constatação feita por Michael Pollak, estudante, em meio a entrevistas retrospectivas acerca da atitude dos judeus em Berlim, em 1940, quando os nazistas os obrigaram a declarar-se e a usar a estrela amarela. “A identidade só se torna um problema e objeto de estudo quando ela não parte de si-mesmo”. Assim, a crise vivida pelos judeus, naquele momento (“Será que me declaro? Quem sou eu de fato?”), é inseparável da “descoberta” de que eles poderiam não se declarar como tais e talvez escapar àquilo que os mais lúcidos pressentiam, após a noite de cristal (1938).

A identidade tem sempre duas faces: aquela que é atribuída pelo outro (“eles dizem que eu sou judeu”) e aquela que é reivindicada por si mesmo (“não sou

judeu”). A partir do momento em que essas duas faces da identidade não coincidem, ou não coincidem mais, há uma crise como aquela vivida entre os judeus berlinenses, em 1940.

Assim, a crise das identidades toca a subjetividade das pessoas, que são definidas e classificadas de uma maneira que elas próprias rejeitam (por exemplo, “francês muçulmano”, para os argelinos, do fim do século XIX até 1962) ou das pessoas a quem é recusada a designação e classificação que elas desejariam (por exemplo, “francês” para os *sans-papiers*⁴ que trabalham na França e lá escolarizam seus filhos).

A crise é desencadeada pela imposição de uma identidade não desejada ou pela recusa de uma identidade reivindicada. Enquanto a identidade de uma pessoa vem de si mesma (quer ela tenha interiorizado aquela que lhe foi atribuída ou que tenha feito reconhecer aquela que construiu para si), não há crise, nem mesmo de identidade: ela é o que é. Contudo, mantém-se um *ato de negação*, uma política de identidade (*Noiriel*), implicando exclusões, imposições (“*sans papiers*”), desconfiças (“francês de verdade?”) ou xenofobia (“imigrantes não franceses”), fazendo surgir a crise que reconfigura as relações sociais (“eles/nós”), perturbando a relação consigo (“quem sou eu realmente?”) e com os outros (“o que eles dizem que eu sou?”).

A crise das identidades é o questionamento da relação de si mesmo com os outros e consigo mesmo. O que se acabou de conhecer na França, como os debates induzidos sobre a identidade nacional, concomitante ao retorno do *Front National* à cena política, é o indício típico de uma crise das identidades provocadas por tal política.

Essa crise subjetiva de não reconhecimento, essa negação identitária, está relacionada às duas crises com as quais se começou essa conferência? Trata-se de uma crise global ou de uma crise ordinária? Nem uma nem outra: nenhuma identidade é redefinida porque a Internet substitui a imprensa; as crises identitárias não são simples ajustes a uma conjuntura; elas marcam um período, uma população e um tipo de vínculo social. Trata-se de uma crise da relação com o outro, uma crise de um modo de dominação dos brancos sobre os negros, dos homens sobre as mulheres, dos ricos sobre os pobres, dos “normais” sobre os estigmatizados, como tão bem mostrou Erving Goffman.

4 NT: Termo usado para designar os imigrantes ilegais na França, “sem papéis”.

Essa dominação não é mais (somente) aquela de uma classe sobre outra. Como escreveu Goffman, ela é uma relação assimétrica entre o “normal” e o “estigmatizado”, inclusive no interior de si mesmo. Uma relação que não é mais autoevidente.

Na dinâmica aberta pela descolonização, pelo movimento dos direitos civis, dos direitos das mulheres, dos homossexuais, dos *sans papier*, etc., é a reação dos esquecidos da grande crise e das vítimas das crises ordinárias que está em questão, não apenas pela luta contra a exploração econômica, mas pela recusa das violências simbólicas, das recusas de si e dos ódios do outro.

A crise das identidades coloca em evidência as ideias preconcebidas sobre o outro, sobre si e sobre o mundo. É a vingança do simbólico sobre o econômico (a intuição de Serres) e também a recusa de refazer continuamente um exército industrial de reserva (mulheres e crianças do Sul) para permitir a reprodução dos ciclos econômicos e a recuperação dos mesmos mecanismos de crescimento incerto e de dominação salarial (constatação dos economistas). Trata-se, portanto, ao mesmo tempo, de uma crise de longa duração, na qual está em jogo uma civilização nova e uma sucessão de crises econômicas ordinárias.

Assim, não é apenas a passagem de um momento do ciclo econômico a outro, mas também a invenção de novas maneiras de viver em conjunto no mundo, as quais não sejam mais simplesmente guiadas pelas instituições, mas também construídas pelas interações criativas de militantes e vítimas de crises, em torno das questões de reconhecimento mútuo.

FONTES CONSULTADAS

CASTEL, R. *Les métamorphoses de la question sociale*. Paris: Fayard, 1995.

COMMAILLE, J. *Les nouveaux enjeux de la question sociale*. Paris: Hachette, 1997.

DUBAR, C. *La crise des identités: l'interprétation d'une mutation*. Paris: PUF, 2006.

EHRENBERG, A. *La fatigue d'être soi: dépression et société*. Paris: Odile Jacob, 1998.

ENCYCLOPEDIA UNIVERSALIS. *Crises économiques*. 2008.

GOFFMAN, E. *Stigmates: les usages sociaux du handicap*. Paris: Editions de Minuit, 1975.

NOIRIEL, G. *Le creuset français*. Paris: Seuil, 1988.

POLLAK, M. *L'expérience concentrationnaire: essai sur le maintien de l'identité sociale*. Paris: Métailié, 2000.

SAINSAULIEU, R. *L'identité au travail*. Paris: Presses de la FNSP, 1985.

SERRES, M. *Le tiers instruit*. Paris: Gallimard, 1992.

———. Une crise globale. *Partage*, n. 208, jan-fév, 2010.